

A educação como prioridade nacional 12 MAR 1996



O discurso de Belo Horizonte traz um vento de renovação, pleno de esperanças

País que não dispõe de recursos naturais, com uma superfície descontinua 25 vezes menor que a da China e uma população próxima da brasileira, o que resulta na média de 400 habitantes por quilômetro quadrado, o Japão desmoraliza todas as previsões dos geopolíticos. Para estes, um país para ser potência mundial precisa satisfazer três condições: recursos naturais abundantes, população considerável, mas que se distribua harmoniosamente por superfície extensa, de modo a não incidir em densidade demográfica excessiva. O Japão é o contrário disso tudo. Se fosse apresentado como projeto anônimo num escritório de planejamento, ou a geopolíticos, para estudo de viabilidade, certamente seria considerado inviável. Pois é esse país, hoje, a segunda maior economia do mundo, com uma renda *per capita* acima de US\$ 30 mil, importa cerca de US\$ 150 milhões, mas exporta duas vezes e meia mais, o que lhe proporciona um superávit dos maiores do mundo, se não o maior.

Diz-se bem que milagre é conse-

quência sem causa. Onde estará ela, que produz esse desempenho fabuloso? De plano, é de meditar no fato de que, ao se iniciar este nosso violento século, a dinastia Meiji já conseguira reduzir o analfabetismo adulto a menos de 3%. Hoje, não passa de 1%, enquanto a taxa de escolarização no 2º grau é de 97% e, no 3º grau, fica acima de 30%, com uma despesa em educação beirando os 5% do PIB, segundo o *L'État du Monde*, 1995,

Anuário Econômico e Geopolítico Mundial, Editions Lá Découvert, Paris. Acrescente-se que investe 3% do PIB em pesquisa pura e aplicada, depois, é verdade, de ter praticado pirataria na propriedade intelectual estrangeira.

Segundo o *Anuário Estatístico da Unesco*, o Brasil de 1965 indicava números vergonhosos na educação e praticamente inexistentes na pesquisa pura e aplicada. Em 1963, a despesa (que se deveria chamar de investimento) na educação não passava de 2,3% de um PIB ridiculamente pobre. No entanto, os "progressistas" assim autodenominados à época diziam ser a educação prioridade

nacional. No ensino secundário, estava o "gargalo da garrafa", que impossibilitava o filho do pobre de chegar ao ginásio público, já que a oferta governamental era de apenas 24% das vagas. Nas universidades, tínhamos 132 estudantes para cada bloco de 100 mil habitantes, enquanto a Argentina ultrapassava os 700, e o Chile e o Uruguai, os 600. Só ganhávamos de Honduras, Guatemala e Haiti. No então chamado ensino primário, só o Brasil e mais três países africanos tinham escolarização obrigatória de apenas quatro anos e, de 127 mil escolas, mais de 70% eram de uma única sala. Ainda em 1963, de cada mil crianças que iniciavam o primário, mais da metade já não chegava ao 2º ano, e ao fim de 14 anos de estudo graduavam-se por universidades somente 13 remanescentes daquele milhar de brasileiros. Como entre os 7 e os 14 anos de idade só 51% frequentavam escola, o analfabetismo chegou, ainda no recenseamento de 1970, a 18 milhões de brasileiros maiores de 15 anos de idade.

O esforço feito a partir de 1965, com a reforma universitária, a criação do salário-educação (Operação Escola) e o aumento do investimento, teve seus bons resultados, que só não reconhecem os que se fazem de cegos. Ainda assim, ficou o problema longe da solução desejável. Não acuso os go-

vernantes da época. Porém, de modo geral, a educação não é tratada como investimento, mas como despesa. Por outro lado, os políticos se interessam muito mais pelos investimentos de curto prazo de retorno: uma ponte, uma estrada, um posto de saúde (ainda que desequipado), o asfaltamento de avenidas e ruas e coisas do gênero. Já mestre Piaget afirmava que educação é investimento nobre, mas de longa maturação. Por isso, longe de nela se investir (e muito menos ainda em esgoto...), os orçamentos contemplam miseravelmente escolas, equipamento e vencimentos de professores.

Daí porque vejo com enorme alegria um presidente da República que coloca a educação em primeiro lugar nas prioridades da sua administração. Talvez seja o primeiro que o faz. O discurso de Belo Horizonte traz um vento de renovação, pleno de esperanças. Já houve quem, economista, sustentasse que no "Brasil não se gasta pouco em educação; gasta-se mal". Agora, a partir do ministério da Educação, cabe mostrar que se gasta bem, o que a prioridade providencial vai proporcionar para se fazer uma grande reforma num quadro cronicamente constrangedor.

■ Jarbas Passarinho foi senador (PPR-PA) e ministro da Justiça